

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA



A Presidência do COMDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente, faz saber: O COMDEMA ([Criação: Decreto 6.652, de 14 de Outubro de 1991](#)), constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei Ordinária 5.712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)), e suas atualizações, e, conforme o Código Municipal de Meio Ambiente, ([Lei Complementar 29, de 14 de junho de 1996](#)).

Ata da Reunião Ordinária do COMDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente realizada em 09/04/2025.

No nono dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, às dez horas e dez minutos, reuniu-se o Comdema Conselho Municipal de Meio Ambiente em Sessão Plenária Ordinária presencial, realizada no Auditório da ACIJ, na Av. Aluísio Pires Condeixa, 2550 - bairro Saguazu, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do COMDEMA, mandato de 01/03/2025 à 28/02/2027, conforme [Decreto 64.409, de 7 de janeiro de 2025](#) e suas atualizações: Márcio Luís Nunes da Silva Júnior, Vice Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Daniel Kandelr Signori, do CREA; Cláudia Rocha, da CAJ; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Rafael Ribeiro, da SAP; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Pedro Porton de Carvalho, da SED; Márcio Luís Nunes da Silva Júnior, da OAB; Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA; Elaine Cristine Scheunemann Fischer, do CHBB; Fernando Belinzoni de Carvalho, da AEA BABITONGA; Luisa Helena Jordan, do OSB; Tiago Corrente Medeiros, da PMA; Renan Gonçalves de Oliveira, do SINDUSCON; Jonas de Medeiros, do ROTARY; Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE; Luís Rogério Pupo Gonçalves, da SEPUR; Ricardo Alexandre Messias de Oliveira, da SDE.UDR; Cristina Jandrey Silva, da ADUNORTE; Valquíria Viviani Rodrigues Forster, da SAS; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Erica Romanha Dagostin, da ACIJ; Amílcar Nicolau Pelaez, do SINDSERRARIA; Virgínia Grace Barros, da UDESC; Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT; Dalzémira Anselmo da Silva Souza, da SECULT; Gabriel Klein Wolfart, da OAB, e, Priscila de Lima Watanabe Quandt, do SECOVI. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujo os nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Mirela F. Pereira, Rosimar F. Pereira, da CONSERVAR AMBIENTAL; Juliana Borges Silivi, da AEANVI; Márcio Treml, do OSB; Ebnezer Carneiro, do IMA, Ana Carolina Paterno, Josimar Neumann, Rodrigo Gerent, Luiz Carlos da Silva Seixas e José Augusto de Souza Neto, da SAMA. Na reunião foram desenvolvidos os seguinte assuntos pautados na convocatória: **1) Aprovação da Ata Comdema - Reunião 12/03/2025;** **2) Plano Municipal de Gerenciamento de Riscos de Desastres - PMGRD (Estudos);** **3) Ações nas Unidades de Conservação (APA e RDS);** **4) Novo Código do Meio Ambiente (Andamentos), e,** **5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre. 1) Aprovação da Ata - Reunião 12/03/2025:** O Vice Presidente do Comdema, Márcio Luís Nunes da Silva Júnior cumprimentou a todos, deu boas vindas, justificou a ausência do Presidente do Comdema Fábio João Jovita por motivo de conflito de agendas, agradeceu pela oportunidade e pelas presenças mencionando ser uma honra presidir esta Plenária em substituição ao Presidente, e após a verificação do quórum regimental iniciou a reunião questionando aos Conselheiros se todos receberam a Ata encaminhada, e se haviam contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do dia 12/03/2025, a qual foi aprovada por maioria de votos dos Conselheiros. O Vice Presidente do Comdema, Márcio Nunes conclui a pauta, passando para o próximo item. **2) Plano Municipal de Gerenciamento de Riscos de Desastres - PMGRD (Estudos):** O Vice Presidente do Comdema, Márcio Nunes inicia esta pauta mencionando que a competência do Comdema relativa ao Plano Municipal de Gerenciamento de Riscos e Desastres é residual, ou seja, é matéria de competência do Conselho de Segurança da Proteção Civil e Defesa. Entretanto, como existem alguns pontos e este Conselho tem opiniões balizadoras, os Conselheiros poderão efetuar sugestões por meio do sistema da Prefeitura, e de formulário, o que for mais conveniente. Márcio convida o Conselheiro Rafael Ribeiro, da SAP para apresentação deste item, ressaltando que ao final o Conselho poderá debater e sugerir, no entanto, deverá encaminhar sugestões pelos canais oficiais disponibilizados no *site* da Prefeitura. Rafael Ribeiro cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e inicia sua apresentação mencionando que atualmente pertence ao quadro da SAP Secretaria de Administração e Planejamento, já tendo participado da Fundema e Amae, desenvolvendo atualmente sua atividade na Unidade de Financiamentos de Projetos, sendo que tais financiamentos provêm de aportes internacionais, nacionais e também do setor privado. Ribeiro comenta que trabalhou de modo indireto com o PD1 (Plano de Desastres), auxiliando nas ações de consulta entre os anos de 2008, 2009, época em que ocorreram eventos catastróficos originados de fortes chuvas. O PD1 já contemplava alguns direcionamentos para o planejamento do Município na questão de desastre e de acidentes, com a

colocação de estações meteorológicas, de medição e monitoramento, e a elaboração do mapa meteorológico do Município; no PD2, que é o segundo financiamento, foi efetuado o mapeamento geológico do Município, e assim como o Plano de Mineração são todos Planos que auxiliarão o planejamento do futuro da cidade. Em novembro de 2022 o plano foi contratado inicialmente para um período de quatorze meses, portanto, o ano de 2024 foi de extremo empenho para o cumprimento de metas visando o estudo para a mitigação de desastres provenientes de inundação, alagamento, deslizamento, risco tecnológico como vazamento de carga química, incêndio, empresas, biológicos e risco de terrorismo. Não foi abordado o risco de invasão *hacker*, um tipo de risco de gestão pública. Dessa forma o contrato foi planejado para a entrega de dezesseis produtos e no momento está em andamento a conclusão do 15º item. Em dezembro de 2024 foi realizada uma Oficina na ACIJ, com a participação de pessoas estratégicas de várias entidades, para efetuar um direcionamento do P-5, que era o mapa de risco propriamente dito, sendo que todos os outros já tinham sido encaminhados com versões iniciais, que são planos de ação com base na análise do risco. Hoje está em desenvolvimento o produto P-15, que é o resumo executivo de todo o trabalho humano de levantamento, diagnóstico, e investigação de campo. Este estudo está disposto como consulta pública, para qualquer cidadão apresentar sugestão, portanto, é uma gestão para o Município na questão de risco. Na finalização deste Plano, os Conselheiros serão chamados a participarem do Conselho de Segurança, não como Comdema, pois como já citado anteriormente a participação do Comdema é residual. O objetivo deste Plano é a proteção do meio ambiente, mas principalmente proteger as pessoas contra os riscos ambientais, e uma proposta de legislação para reestruturar a Defesa Civil. Existe uma proposta de mudança no PLANCON Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, pelo qual se parabeniza a Secretaria de Proteção e Defesa Civil por sua organização e estrutura técnica atual, o que gera maior agregação de todas as entidades envolvidas. Acessando o site da Prefeitura é possível consultar o *status* deste estudo. Ribeiro ressalta o trabalho da empresa REGEA Geologia Engenharia e Estudos Ambientais, do Consórcio NIPPON KOEI, responsável pela elaboração deste plano de pesquisa e consultoria, que desenvolve um trabalho em conjunto com a Prefeitura, apresentando e discutindo novos requisitos e materiais para o fim de alcançar o melhor resultado neste trabalho de inovação, que servirá de referência para revisões futuras, no entanto, estando aberta durante a consulta pública para sugestões e correções. Para efetuar a consulta é necessário acessar o site de consultas públicas da Prefeitura de Joinville, abrir um formulário eletrônico, identificar-se e inserir a sugestão, as quais serão analisadas até o dia 30 de junho de 2025. Ribeiro evidencia que são sugestões para proposta, mas que ainda não está finalizada a consolidação do Plano. A proposta do Plano é elaborar uma compartimentação da cidade nas questões de risco de desastres que vá ao encontro das Leis Municipais vigentes permitindo à Defesa Civil o controle e suporte necessários na mitigação de desastres ambientais sob sua competência. Os riscos são analisados conforme o COBRADE Classificação e Codificação Brasileira de Desastres, como geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos e biológicos, e tecnológicos, classificação esta que embasará os estudos do Plano ou uma regra do Município. No entanto, nada é determinístico, por enquanto os estudos auxiliarão o Município na tomada de decisões de Políticas Públicas, sob uma ótica estritamente técnica. Quanto ao Plano de Trabalho, foi efetuado o levantamento do Arcabouço Legal, ou seja, o levantamento das questões de Segurança Pública e os históricos de desastre do Município conforme os estudos geológicos e geotécnicos. De acordo com mapeamento efetuado pelo CPRM Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais em 2008 e 2018, foram indicadas áreas de risco iminente, tanto hidrológico quanto geológico. Ribeiro esclarece que os levantamentos feitos pela CPRM nos anos supracitados, foram efetuados baseados em análise visual. O estudo atual é baseado em sondagens, o que possibilita uma análise mais assertiva, sendo detectadas 140 (cento e quarenta) áreas, considerando a delimitação até onde a água alcança, risco de deslizamento, teste de rompimento do solo, não simplesmente pela inclinação e sim pela capacidade de suporte do solo. Dessas 140 áreas mapeadas pela sondagem, muitas delas já estavam com a situação resolvida em razão dos proprietários ou empreendedores terem erguido muros de contenção e com isso foram procuradas outras áreas em risco iminente e que não estavam contempladas na classificação repassada à REGEA. Como a Defesa Civil já tinha algumas áreas mapeadas, as áreas descartadas pela CPRM foram substituídas por novas para o prosseguimento das análises propostas pela REGEA, com anuência da Prefeitura. Ribeiro pontua a importância da verificação não somente da cotação talude, mas também do tipo de material existente e a estabilidade a 45º graus, como fator de segurança de acordo com a metodologia de engenharia, que criou os critérios R1, R2, R3 e R4, que são relatórios de estudo de viabilidade, planejamento e análise de impacto ambiental. Com o advento do P-5, foi realizada a estratificação do solo com base nas análises das 140 áreas, usando o material pedológico do CPRM, o que proporcionou subsídios para a confirmação dos mapas de estratificação para toda a cidade, por parte da equipe da REGEA, que a partir desse ponto fizeram as propostas macros, originando as análises de variação e propostas de medidas; o tempo de referência foi construído em conjunto com a Defesa Civil e com a Secretária de Saúde que participaram de reuniões e propuseram as medidas estruturais e não-estruturais e que tipo de foco seriam seguidos. O trabalho está dividido conforme a paridade determinada por proposição de medida não estrutural ou estrutural e mitigação de risco, devendo ser observados vários riscos. Portanto, o estudo encontra-se na fase dos Planos Estratégicos e divididos próximo à etapa de finalização, que é o resumo de todo o trabalho na produção de um Caderno Único em face de que cada risco gera 160 mapas, o que facilitará o trabalho da Defesa Civil quando houver a necessidade de buscar investimentos, ou uma reestruturação, terá à disposição uma linha técnica de auxílio à orientação ou consultoria. Referente à escala, foi a mesma base usada nos mapas da CPRM e no Plano de Mineração, com foco em mais detalhes na área urbana, criando-se dessa forma diversos mapas como o mapa de inundação, influência de maré, metodologia que foi utilizada matriz de critério de vulnerabilidade e susceptibilidade, ou seja, onde a comunidade é mais vulnerável com risco maior, pois se existe uma comunidade com baixa renda morando embaixo de um talude, é muito mais risco do que uma outra área que não esteja ocupada. O mapeamento baseado neste estudo foi confeccionado em maior escala para permitir melhor visualização de detalhe, mostrando claramente o agrupamento de residências quadra por quadra, o espaçamento na ocupação a fim da verificação qual a forma adequada do acesso, para realizar uma operação de salvamento e resgate de pessoas. Quanto ao risco hidrológico, risco metrológico e climatológico com base no estudo, não é uma questão de mudança climática ou similar, em face do estudo ter observado os dados de diagnósticos do Município e seus históricos. Certamente houve uma consulta às mudanças climáticas, no entanto, este tema será abordado no Plano Clima. O presente Plano tem um forte foco executivo de gestão e planejamento voltado para execução futura e não para mudanças climáticas, tema este que já tem um planejamento por parte do Município, mediante à contratação do Plano Clima por meio de outro financiamento, mas que poderá utilizar as informações deste Plano de Contingência. Ribeiro comenta sobre os dados do resultado biológico, amplamente discutido com a Secretaria de Saúde, as linhas em vermelho indicam maior probabilidade de contração de febre amarela ou dengue, em local que não seja urbanizado, assim como os dados

referentes à ferroada ou picada de escorpião. Os resultados concernentes ao risco tecnológico, como exemplo a questão da água, no caso de um derramamento químico pode acontecer a ocorrência de contaminação, o que requer sempre um ponto de atenção e uma ação de procedimento previamente conhecido, a fim de que a Defesa Civil seja informada o mais rápido possível para tomar as providências necessárias, antes de chegar ao local do sinistro. Essa ação de informação deve ser tomada para todos os riscos, não só para o tecnológico. Quanto ao tema do zoneamento ou compartimentação tratado inicialmente, torna-se evidente que três áreas não são suficientes para o contingenciamento de atendimento, em razão da extensa área da zona urbana de Joinville e seus contornos. Ribeiro ressalta que não cabe ao Plano determinar que para um eventual risco haja mais ou menos controle, o importante é a definição de medidas com mais foco e apuração. Prosseguindo com sua exposição, Ribeiro destaca que a proposta do Plano apresenta um mapa contendo as restrições Legais, com a soma de todos os riscos, no entanto, essa proposição requer mais debate tanto por parte da Administração Pública quanto pela Sociedade Civil, portanto é de suma importância a participação de todos os cidadãos na consulta pública contribuindo com suas sugestões. Rafael Ribeiro agradece a todos os presentes encerrando sua apresentação com calorosos aplausos da Plenária. O Vice Presidente, Márcio Nunes declara que sugeriu por meio da Consulta Pública a inserção dos Mapas do Plano de Emergências no SIMGeo, após a finalização dos estudos, para o fim de facilitar o acesso e o conhecimento da Sociedade Civil. Ribeiro ressalta a importância da verificação e sugestão dos resumos das medidas propostas e das que já estão elencadas no Plano de Ação. Márcio Nunes sublinha que o Plano é focado na proteção da vida humana e o Comdema foca na proteção do meio ambiente, tornando sua competência residual nesse sentido. Portanto, isso vai de encontro à competência deste Conselho, embora possa sugerir ajustes referentes à ocorrência de desastre patológicos e biológicos. A Conselheira Marta Beatriz Maccarini, do IMA questiona com referência à questão da mudança climática ser avaliada em outro projeto ou sub produtos; Ribeiro ressalta que a proposta do Plano de Emergência é servir como modelo de gestão e Proteção Civil para a cidade, funcionando como um Plano principal, e em escala inferior, os Planos Setoriais como o Plano Diretor de Drenagem, estabelecendo medidas diversas como exemplo, ditando quais as providências a serem tomadas na ocorrência de eventual inundação, apontando o Plano Diretor e Obras de Drenagem como soluções para mitigar ou resolver a ocorrência. Marta pontua se os sub produtos já estarão inseridos como medidas; Ribeiro confirma que os sub produtos estarão contidos nas medidas, inclusive com o nome de todas as Secretarias envolvidas que fazem parte do PLANCON, exemplificando que quando acontece a previsão de um vendaval, chuva de granizo ou uma chuva extraordinária, é enviada uma comunicação à SEPROT, que incontinenti dispara um aviso de alerta para a população por meio de seus telefones cadastrados e ao mesmo tempo coordena a preparação de abrigos e a movimentação dos jipeiros, do grupo de resgate de montanhas, portanto, são medidas antecipadas para proteção de áreas em risco iminente, considerando o desenvolvimento de Planos ou Obra, deve-se observar o item P-8, que prescreve a proposição de medidas de ações de mitigação para reduzir e controlar fatores de riscos já instalados, com base nessas estimativas a Defesa Civil elaborou um projeto objetivando captar financiamento no PAC para estruturação de 17(dezessete) áreas, mediante um projeto executivo, e por ora, já confirmada a inscrição no citado PAC para obtenção dos recursos. A Conselheira Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT cumprimenta a todos, congratula a exposição de Ribeiro, e menciona a sua satisfação em compartilhar algumas reflexões sobre este importante trabalho para o Município, destacando a intenção da Defesa Civil na futura elaboração do Plano do Clima, visando a preparação para eventos extremos relembrando a recente tragédia no Rio Grande do Sul. Dalzemira argumenta que embora o Plano de Contingência em andamento não contemple áreas consideradas não apropriadas para ocupação, é importante dispensar atenção com esses locais em razão do viés de zoneamento urbano inerente ao citado Plano. É inegável a existência de áreas com grande fragilidade ambiental, principalmente essas áreas de contato de florestas, de restingas, que sobreviveram com os manguezais. E é justamente nessas áreas que encontram-se quase 100% de sambaquis do Município. É um patrimônio cultural protegido por lei federal, mas que o Município trouxe para si na Lei Orgânica a proteção desses sítios. Portanto é preocupante vislumbrar uma proposta de expansão urbana para essas áreas. E o mapa mostra áreas hachurada, áreas propensas à inundações como áreas possíveis de ocupação. No entanto esse tema de grande valor tem a previsão de ser discutido somente no Plano do Clima; o ideal é que essas áreas de expansão urbana pudessem ser discutidas nesta Plenária, porque são áreas que terão um grande impacto ambiental, cultural, e expõem as pessoas a esses eventos extremos. Dalzemira assevera a importância do ser humano, porquanto, a qualidade de vida também passa pela preservação ambiental, sendo notório as inúmeras consequências da degradação ambiental como causa de perecimento da humanidade; se faz necessário analisar os resultados dos estudos atuais em relação a essas áreas de grande fragilidade ambiental, cultural e social. O Vice Presidente Márcio Nunes prossegue a reunião discorrendo como representante da OAB, mencionando a grande dificuldade na questão do zoneamento porque é uma Lei e requer aprovação do Poder Legislativo. Dessa forma todos os projetos discutidos nesta Plenária também precisam de aprovação da Casa Legislativa, inclusive o tema da pauta desta reunião e o próprio Código Municipal de Meio Ambiente em tramitação. Portanto, é compulsório que todas as decisões deste Conselho passem pelo crivo tanto do Poder Legislativo, quanto do Ministério Público. Ribeiro pede a palavra para complementar sua apresentação, mencionando que o P-15 é uma proposta do Plano, e o P-16 o resumo final, que contempla um treinamento juntamente com o P-15. O treinamento realizar-se-á por meio de uma Oficina com participantes inscritos previamente no PLANCON. Ribeiro amplia o convite para a Oficina a todos que ainda não se inscreveram, no entanto, a confirmação acontecerá após a fixação da sala para reunião que inicialmente estava prevista para 60(sessenta) pessoas, contudoenta-se um espaço maior. A ideia é efetuar o encontro com a duração de uma hora e meia ou duas horas *online*, e dois dias de campo, com o objetivo de visualizar uma área de risco e verificar que tipo de sinais os técnicos devem observar; em seguida a realização de dois a três períodos de treinamento e apresentação de fato da parte técnica mais profunda. O Conselheiro Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT cumprimenta a todos e agradece a equipe da SAP, que colocou esse tema como prioridade, sendo um marco técnico para a Defesa Civil no Município. Infelizmente não é a realidade da grande maioria dos Municípios no Brasil, portanto esse estudo representará um avanço gigantesco para a Defesa Civil de Joinville. O Plano foi inteiramente pautado conforme a Política Nacional de Proteção de Defesa Civil, dentre os eixos de mitigação, prevenção, preparação dos riscos, gestão de desastre, sendo uma Política que interfere nas demais Políticas. Maiko destaca que em razão dos estudos preliminares foi possível solicitar provisão de recursos financeiros baseado em estudos técnicos, conforme Lei Federal, com o objetivo de eliminar os problemas nas 17 áreas abarcadas pelo Plano, com rotas de fuga para cada área de risco, planejamento de instalação de placas e treinamento para a população saber o que fazer em decorrência de uma emergência ambiental. Desta maneira o Plano traz a reestruturação baseada no PLANCON, que já funciona muito bem na esfera interna da Prefeitura, mas é preciso avançar com a população a respeito da citada

reestruturação. Ribeiro menciona que embora determinado por Lei a reestruturação ainda necessita de melhor clareza. Maiko ressalta as medidas de educação, abrangendo 20 escolas prioritárias, contudo 9 encontram-se aptas para o início do Programa de Defesa Civil na Escola; é um Plano que norteará e consolidará o trabalho da Comunidade. Ribeiro comenta a importância do Plano para evitar que não aconteça como nos últimos anos, em que as pessoas ficavam sem saber o que fazer frente a um desastre ambiental. Sem mais manifestações o Vice Presidente, Márcio Nunes encerra esta pauta, passando para o próximo item. **3) Ações nas Unidades de Conservação (APA e RDS):** O Vice Presidente, Márcio Nunes convida a Conselheira Magda Franco para apresentação deste item. Magda cumprimenta a todos e inicia sua explanação mencionando que as Unidades de Conservação, APA Serra Dona Francisca, e RDS da Ilha do Morro do Amaral estão sob a gestão do Comdema, assim como as ARIEs do Morro do Boa Vista e Morro do Iriú. Referente à APA, continua em andamento a revisão do Plano de Manejo. O ano de 2023 foi dedicado inteiramente à contratação da empresa por meio da Amunesc. A empresa vencedora da licitação foi a STCP, Engenharia de Projetos Ltda, que inclusive já tinha experiência comprovada com o tema ambiental. Desta maneira foi um ano de forte trabalho com o desenvolvimento de atividades de Diagnósticos, Oficina Participativa de Planejamento, Oficina de Pesquisadores, Zoneamento e Estruturação do Planejamento, além dos procedimentos de ajustes administrativos, financeiros e burocráticos para a contratação. Esta revisão busca adaptar a gestão ambiental às novas realidades, incluindo solução de problemas de regularização fundiária, áreas urbanizadas dentro da APA, garantir a conservação da Mata Atlântica, a proteção dos recursos hídricos e melhorar a qualidade de vida da população residente. Efetivamente o trabalho de revisão iniciou no ano de 2024 junto à STCP, empresa que realizou a elaboração do Plano de Manejo entre os anos de 2010 e 2013, o que de certa forma foi um ponto positivo para vencer a licitação; contudo o pacote de revisão, além da APA, engloba outras áreas como o Município de Garuva. O trabalho é composto por 9(nove) produtos, sendo que o primeiro é caracterizado pela elaboração de um Plano de Trabalho, e o nono representa a finalização da revisão do Plano de Manejo. Inicialmente e de acordo com as diretrizes do ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por se tratar de uma revisão, foram agendadas duas Oficinas, no entanto em face da grande extensão territorial da APA, uma terceira Oficina está sendo programada, salientando que já foi efetuada uma em novembro de 2024 e outra em fevereiro deste ano de 2025, contudo sem descartar a possibilidade de ocorrências de mais Oficinas em razão do grande número de solicitações por parte dos municípios. Atualmente o Plano encontra-se no P-6, um momento crucial, acontecendo a análise de planejamentos, normativas e propostas da STPC, que, quando finalizados deverão seguir para verificação de uma equipe multidisciplinar, que é composta por várias Secretarias afins, a Secretaria da Cultura e Turismo, a SDE.UDR, CAJ, Secretaria de Planejamento Urbano e Secretaria de Habitação. Após a vistoria das Secretarias afins, o estudo revisivo do Plano segue para apreciação do Conselho Gestor da APA; assim, em decorrência de muito trabalho ainda neste P-6, projeta-se a realização da terceira Oficina para o mês de maio, com horário e data a serem definidos. O contrato com a STPC finda em 30 de novembro, por conseguinte, almeja-se a realização de uma Oficina bastante consistente nas propostas de solução do inúmeros problemas concernentes à APA. Magda ressalta que antes do início dos trabalhos propriamente ditos, foi realizada uma capacitação com os Conselheiros, embora haja a existência de Conselheiros participantes desde a criação do Conselho, existem também novos integrantes, assim como o surgimento de novas normativas, o que torna necessária a realização de eventuais capacitações; no próprio ICMBio ocorreu atualização de normativas, portanto é importante que todos estejam com conhecimentos atualizados, o que facilita o desenrolar das proposições durante as discussões. Na primeira Oficina Participativa, dia 7 de novembro de 2024, foi tratado o assunto reavaliação do diagnóstico. De 11 a 12 de novembro, a capacitação desenvolveu-se em período integral com a presença de 48 participantes, um número bastante animador. Magda ressalta que o edital para a elaboração do Plano de Manejo do Morro do Boa Vista e Morro do Iriú já foi lançado, estando a licitação de contratação em pleno andamento, com previsão de conclusão para meados do presente ano. Com relação à APA está sendo programada uma visita técnica para o próximo mês de junho em alusão ao mês do Meio Ambiente, que deverá contar com a participação dos Conselheiros, Comunidade e de todos aqueles interessados em conhecer essa importante unidade de conservação. Na próxima reunião deverá ser divulgada a programação completa referente a esta visita. A RDS Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, tem um Conselho próprio, sendo a única Unidade de Conservação que a Lei especifica como Conselho Deliberativo, diferentemente da APA, que é um Conselho Consultivo, Conselho Gestor. Entretanto, quando o Conselho da APA foi criado o seu Regimento Interno optou por ser Deliberativo, conforme decisão dos Conselheiros da Administração Pública e da Sociedade Civil. No caso da RDS este é legalmente de natureza deliberativa sendo um Conselho composto por 14 integrantes, obedecendo a paridade de 7(sete) integrantes pertencentes à Administração Pública, e 7(sete) integrantes da Sociedade Civil, tendo ocorrido a entrega oficial de seu Plano de Manejo no dia 05 de junho de 2024, por ocasião da comemoração da Semana Mundial do Meio Ambiente, no auditório da ACIJ. Após a homologação do Plano de Manejo da RDS, começaram os trabalhos de implementação com a capacitação dos Conselheiros por meio de três Oficinas, sendo a 1ª realizada no mês de setembro, a 2ª em novembro, ambas em 2024, e a 3ª finalizando a atividade de Oficinas, no mês de janeiro de 2025. As capacitações proporcionaram um resultado altamente positivo para o desempenho dos Conselheiros e Comunidade, sendo observado o notório engajamento na identificação e soluções de necessidades cotidianas assim como a busca planejada de melhorias para a região. Como exemplo Magda destaca, a realização de uma visita técnica à RDS, planejada e coordenada pela Comunidade sob a direção da Vice Presidente do Conselho, Iracema Cândido, visita esta desenvolvida com absoluto sucesso indicando o progresso dos moradores na capacidade de efetuar e planejar ações de forma independente. No início de cada reunião do Conselho uma entidade previamente selecionada realiza uma apresentação da instituição por meio de seu respectivo Conselheiro, discorrendo sobre a composição, objetivos, e a contribuição para o desenvolvimento do Plano de Manejo. Esta ação tem se mostrado bastante profícua, haja vista que fomenta a participação e o conhecimento acerca do propósito do Conselho, do Órgão Gestor, e do próprio Plano de Manejo. Quanto às reuniões Magda salienta no caso da RDS, que o ideal seria realizá-las na área do Morro do Amaral, mas por falta de espaço disponível tais reuniões são efetuadas nos auditórios da ETE Estação de Tratamento de Esgoto, ou no CRAS Centro de Referência de Assistência Social, ambos os locais no bairro Paranaguamirim. Por ocasião de eventos como a recente visita técnica, sempre acontece o acompanhamento de Agentes de segurança, visando a garantir a integridade de todos os participantes, comunidade, e visitantes, podendo esta situação de prevenção servir como posicionamento futuro, pois com a implementação do Plano de Manejo o Poder Público estará presente diuturnamente exercendo suas funções na Unidade de Conservação, inclusive a de Segurança Pública. Magda relata que após o lançamento do Plano de Manejo muitas pessoas compareceram à SAMA com a pretensão de regularizar suas propriedades; no entanto, não é esta a

função do Plano de Manejo; o Plano define as áreas que podem ser regularizadas e em razão dessas terras pertencerem à União, é imperativo o processo de Regularização Fundiária, devendo ocorrer previamente um Acordo de Cooperação com a União, para repassar a terra para o Município e a partir desse ponto, começar a regularização propriamente dita junto à SEHAB Secretaria de Habitação. Relativo a este tema foi realizada uma reunião nas dependências do CRAS Paranaguamirim, com a presença da Comunidade e suas lideranças, ocasião em que a SEHAB explicitou todo o processo de regularização fundiária com a entrega de folders mostrando números de telefone e email, para que todos possam dirimir suas dúvidas. Importante ressaltar que atualmente nenhuma construção poderá ser realizada na Unidade de Conversação, sendo que no caso de eventuais necessidades reparatórias, deve-se solicitar anuência da SAMA a fim de evitar ação de demolição; semanalmente ocorre uma fiscalização relativa à construção irregular obedecendo o cronograma do Ministério Público, e quando é encontrado material de construção ou corte de vegetação, este local não consegue mais o Termo de Habite-se. Portanto, por tratar-se de comunidade bastante carente, com problema de falta de água potável, energia elétrica, necessidade de pequenas reformas como pinturas e recuperação de telhados, o Conselho decidiu efetuar uma revisão em Resolução havida antes de 2016 e antecedente à criação do Plano de Manejo, mas que não tinha aplicabilidade, porque uma das questões apontadas na supracitada Resolução era que o interessado apresentasse o título de propriedade, um documento impossível para uma área não urbanizada. Com a atualização recente da Resolução com base no Plano de Manejo, as pessoas poderão executar pequenas benfeitorias, que são aquelas obras necessárias como reformas, adequação das edificações existentes, sem ampliação, de forma a garantir saúde, segurança e bem-estar dos moradores. Dentre essas permissibilidades, estão abarcadas a ligação de água e energia elétrica para aquelas existentes já mapeadas na zona populacional, que é efetivamente aquela passível de regularização. Com a definição do marco temporal para uma edificação existente, que é o mesmo da REURB, os moradores tradicionais cadastrados no ano de 2016, que precisam de uma ligação de energia elétrica ou água, de acordo com a nova Resolução 01/2025 devem dirigir-se à SAMA para solicitar anuência, e em seguida procurar a CAJ e a CELESC de posse do documento emitido pela SAMA, e solicitar suas respectivas ligações. Magda ressalta que a CELESC segue uma Resolução da ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica, que permite uma ligação temporária em áreas com regularização fundiária em andamento; contudo a CELESC não possuía os mapas cobertos pelo Plano de Manejo, fato este que impedia a realização de ligações na unidade de conservação. Prosseguindo sua apresentação Magda comenta sobre a Visita Técnica à RDS da Ilha do Morro do Amaral, realizada no dia no dia 25 de março, oportunidade em que se pode adentrar na área do Sambaqui, uma propriedade privada meticulosamente preservada com animais e arborização em perfeita harmonia com a natureza, inclusive com a manutenção adequada de manguezais. Esta visita foi totalmente programada pela Associação dos Moradores, obedecendo um cronograma previamente definido, que contou com a visitação a prédios públicos como a Escola Municipal Professor Reinaldo Pedro de França, o Núcleo Espírita Eurípedes Barsanulfo, a Unidade de Saúde Básica e os Centros Religiosos. Finalizando sua apresentação Magda destaca a hospitalidade da Comunidade e o engajamento nas solicitações de melhorias para a RDS, o que certamente virá a acontecer com a finalização do projeto da REURB, assim como as justas reivindicações dos moradores da APA que são objetos da revisão do Plano de Manejo, e encerra esta pauta recebendo calorosos aplausos da Plenária. A Conselheira Luisa Helena Jordan, do OSB menciona a beleza natural da RDS, frisando o potencial turístico que pode ser explorado. O Conselheiro Luís Rogério Pupo Gonçalves, da SEPUR comenta que por volta do ano de 1992 foi instalada uma guarita, guarnecida por um funcionário da Prefeitura, com a finalidade de controlar o acesso à Ilha do Morro do Amaral e impedir a entrada de material de construção, sendo permitido o acesso somente às pessoas cadastradas e que moravam realmente no território, no entanto em 1994 a guarita foi retirada juntamente com o funcionário, ocasionando a entrada livre na região. Magda ressalta que a situação comentada por Pupo começou a mudar com o Decreto do SNUC em 2000, porquanto anteriormente a Ilha foi alçada à condição de Parque o que impedia a presença de moradores, inclusive ordenava a retirada de qualquer morador. Com o advento do SNUC, a Ilha foi recategorizada para RDS Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que permite a permanência de uma Comunidade Tradicional, como no caso dos pescadores, extinguindo-se dessa forma os controles de acesso. O Conselheiro Ricardo Alexandre Messias de Oliveira, da SDE.UDR ressalta a importância em primeiro ouvir a Comunidade, e não somente ouvir, mas identificar os atores para a realização de uma futura conversa. Isso é fundamental porque são pessoas chave da Comunidade, e são chaves no sentido de abrir portas, acolhimento; é relevante a participação das pessoas em quaisquer eventuais ações, principalmente quando se trata de segurança pessoal. Portanto é imprescindível estabelecer um canal de comunicação onde seja informado à comunidade, em primeira mão, as ações a serem executadas no território. Outro ponto a evidenciar são os benefícios, porque a única presença do Estado que as pessoas têm na Comunidade é a repressão. O marco legal é importante em identificar realmente os moradores tradicionais e permitir que se atenda suas reais necessidades, sendo fundamental no sentido de abrir portas, de acolhimento, mostrar a presença do Estado não somente na questão repressiva, mas que é fundamental para garantir e executar as políticas sociais. Messias menciona que é fundamental a abordagem tanto direta com o cidadão quanto em sua residência, com civilidade. Com respeito ao Plano de Manejo Messias pontua a sua existência legal determinada pelo regramento ordinário, no entanto, sua revisão se faz necessária; e a partir do marco legal será determinado o que pode ser feito, e o que não pode; contudo, é preocupante e historicamente problemática a não execução do que foi determinado no seu bojo. O Plano de Manejo mostra-se um projeto inovador e ordeiro, porém esbarra na questão do orçamento, haja vista a dificuldade na utilização do Fundo, em vista da falta ou inexistência de ONGs ou Associações plenamente documentadas, aptas a acessar tais recursos. Em razão da dificuldade histórica na gestão direta e aplicação do recurso, em se falando da APA, Messias sugere ações por parte do Conselho da APA junto ao Órgão Gestor no sentido de fomentar uma real política de execução dos projetos de interesse da APA e isto passa pela disponibilização de recurso orçamentário para evitar a falência de projetos como já ocorrido anteriormente. O Conselheiro Samir Alexandre Rocha, da SECULT parabeniza a Conselheira Magda Franco pela inclusão na pauta desta Plenária do presente item, mencionando que tanto a RDS quanto a APA, são duas Unidades de Conservação que merecem atenção constante por parte da SECULT. A recategorização da RDS partiu na verdade, à época da Fundação Turística, já extinta, quando já se discutia a impossibilidade de atuação da Fundação em razão da condição de Parque da Ilha do Morro do Amaral, que impedia a presença de moradores; nesta época começou o debate para transformar a condição de Parque para RDS, com a participação da SAMA, que prontamente fez todo o trabalho da revisão focado na recategorização para RDS, o que permitiria a permanência de antigos moradores tradicionais registrados pelo marco temporal e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, culturais e turísticas. Samir enfatiza a fragilidade das áreas de Cultura e Turismo na RDS, principalmente na questão de preservação de sítios arqueológicos. Referente à APA, evidencia-se constantes conflitos na área turística, onde ocorrem frequentes autos de

infração em face do uso irregular das propriedade, em razão de suas características agrícola ou turística. É notório a necessidade de revisão dos Planos de Manejo ante à mudança natural do meio ambiente que requer flexibilização legal. O Plano de Manejo da RDS era um desejo antigo, assim como o Código Municipal de Meio Ambiente. Na RDS ocorreu um acompanhamento direto, principalmente com flexibilização da permanência de moradores que já habitavam a área, no primeiro momento. Samir elogia a discussão desta pauta e concorda com o Conselheiro Ricardo Messias no sentido de que o Plano de Manejo da RDS necessita começar a ser executado. Referente ao Plano de Manejo da APA, Samir ressalta que foi um modelo bem construído, no entanto com algumas deficiências principalmente no cumprimento de diretrizes, o que se espera seja corrigido na revisão, ora em andamento. Há que se aproveitar esta oportunidade para centralizar o morador, seus anseios e necessidades a serem abarcados pelo Plano de Manejo juntamente com a preservação do meio ambiente. Samir exorta a participação dos Conselhos no atendimento às justas cobranças das Comunidades, mostrando dessa forma o seu real objetivo e finalidade, e agradece mais uma vez a Conselheira Magda pela inclusão da pauta, assim como a prestimosa gestão da SAMA. Sem mais manifestações o Voce Presidente, Márcio Nunes encerra esta pauta, passando para o próximo item. **4) Novo Código do Meio Ambiente (Andamentos):** O Vice Presidente, Márcio Nunes abre esta pauta mencionando que tem conversado com alguns Vereadores, como integrante da Comissão Política da SOMAR, uma sociedade organizada que também tem interesse na aprovação do Código Municipal de Meio Ambiente e do Código de Obras, que é mais antigo. Márcio passa a palavra à Conselheira Magda para discorrer sobre este item, que cumprimenta a todos e menciona que no próximo dia 14, segunda-feira, às 19h30, realizar-se-á uma reunião extraordinária na Câmara dos Vereadores com o intuito de debater proposições para o Código Municipal do Meio Ambiente; Código de Obras, e o Plano de Arborização Urbana. Márcio comenta que em conversa extraoficial com um dos Vereadores foi informado que existe o real interesse da Câmara na aprovação do Código Municipal do Meio Ambiente o mais breve possível, no entanto, seria de suma importância que o Comdema programasse uma visita à Câmara dos Vereadores para demonstrar o interesse sobre as políticas públicas, especialmente no que se refere ao Código Municipal de Meio Ambiente, e fazendo jus como representante da Administração Pública e da Sociedade Civil. Márcio menciona que o rito de pauta na Câmara de Vereadores é complexo porque depende de uma série de fatores como emendas, interesses políticos, e o objetivo do projeto, portanto, não existe uma ordem cronológica que pudesse indicar a posição de uma pauta, que no caso do Código Municipal do Meio Ambiente estende-se por mais de uma década. Rafael Ribeiro ressalta que basicamente trata-se de uma revisão e não elaboração do Código, o que poderia justificar o atraso da aprovação. Magda menciona que no próximo fim de semana acontecerá a Conferência da Cidade, onde atuará na função de Delegada. O tema principal será Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social. Dentre outros itens a serem abordados Magda destaca o tema Sustentabilidade e Mudanças Climática, o qual terá sua participação. Esta Conferência não gera uma carta com obrigações, gera propostas que serão encaminhadas para a Conferência Estadual e posteriormente para a Conferência Nacional. Durante a Conferência, podem surgir moções que são solicitações ou pedidos, e se aprovadas pela Plenária são geralmente encaminhadas para os órgãos públicos responsáveis pela Gestão da Cidade, como a Prefeitura ou o Conselho Municipal para que sejam analisadas e, se for o caso, colocadas em prática. É um novo formato criado pelo Governo Federal. Sem mais manifestações o Presidente interino Márcio Nunes encerra esta pauta, passando para o próximo item. **5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** O Vice Presidente, Márcio Nunes abre esta pauta passando a palavra ao Coordenador da SAMA-AAJ Área de Apoio Jurídico, Rodrigo Gerent, que cumprimenta a todos e inicia sua fala argumentando sobre uma discussão iniciada na reunião anterior, referente à redução do número de Câmaras Recursais do Comdema. Atualmente existem três Câmaras, cada Câmara com três Relatores da Sociedade Civil, e três Relatores da Administração Pública; o movimento de processos indica não haver mais necessidade da manutenção dessas três Câmaras, porquanto no ano passado 107 Processos deram entrada ao Comdema, enquanto 308 Processos foram julgados. Portanto, atualmente existe uma alta capacidade de julgamentos, comparado com o número de Processos que estão subindo às Câmaras, e ocorre que em muitas Sessões, das seis entidades que deveriam participar de cada câmara, frequentemente apenas três ou quatro se fazem presentes. Gerent alerta que para estimular a discussão em cada julgamento e até para otimizar os trabalhos da UAC Unidade de Apoio aos Conselhos, responsável pela coordenação e distribuição dos Processos, a redução para uma única Câmara com seis entidades da Sociedade Civil, e 6 entidades da Administração Pública, seria suficiente para a manutenção dessa Câmara de Julgamentos, em face do volume de processos, atualmente com 100 processos pendentes de análise. Assim, considerando o volume que foi julgado no ano passado, e o que tem aberto ainda, a Câmara sugerida anteriormente conseguiria manter o andamento dos julgamentos com tranquilidade, ou, em último caso estabelecer um tempo limite para cada sessão de julgamento, ou um limite de número de processos julgados, para evitar um alongamento da Sessão. É notório que para fomentar a discussão, quanto maior a participação das entidades de ambos os lados, em cada julgamento, é mais interessante até para estabelecer algumas diretrizes de direcionamento dos julgamentos e de fato estimular para que esses julgamentos sirvam como fonte balizadora que possam auxiliar a elaboração de Súmulas pelo Comdema. Gerent ressalta que o seu relato é apenas uma proposta, que não estava na pauta da reunião, mas um tema que pode ser analisado pelo Conselho. O Vice Presidente do Comdema, Márcio Nunes argumenta que este tema pode ser discutido em pauta em reunião futura. O Secretário José Augusto de Souza Neto ressalta, que para a efetivação da supracitada proposta é imperativo uma alteração de Resolução do Comdema. Márcio questiona a título de exemplo, se um julgador por ocasião de uma sessão de julgamento declara-se impedido, neste caso específico, o impedimento alcança somente o julgador ou se a entidade que representa também ficaria impedida; Gerent esclarece que esse fato acontece no âmbito da SAMA, em que um processo é julgado pela 1ª Instância Administrativa por meio de seu Relator, e por ocasião do julgamento do referido processo na 2ª Instância, estando presente o Relator prolator da decisão da 1ª Instância Administrativa, este deve declarar-se impedido. Portanto o impedimento atinge somente o julgador autodeclarado impedido. A Conselheira Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE pontua seu entendimento que na situação comentada por Márcio o impedimento deve afetar somente o julgador e não sua entidade. O Secretário José Neto ratifica que o impedimento para votação alcança separadamente o titular e o suplente das entidades. Rafael Ribeiro comenta que a questão relativa à redução das Câmaras Recursais já havia sido debatida de maneira informal em reunião anterior, e naquela ocasião houve um entendimento da manutenção das três Câmaras Recursais, até que o déficit de processos fossem finalizados, para em seguida a instalação de uma única Câmara. O Secretário José Neto confirma que existem processos distribuídos nas três Câmaras Recursais. A Conselheira Cristina Jandrey Silva, da ADUNORTE concorda com a redução da quantidade de Câmaras Recursais, em razão da flagrante diminuição do número de processos, mas não com a redução de

entidades, mesmo considerando que algumas entidades não conseguiram julgar processos durante o exercício passado. Jandrey ressalta que para a redução comentada seria necessário a retirada de uma entidade da Administração Pública e conseqüentemente a retirada de uma pertencente à Sociedade Civil. Gerent pontua que algumas entidades da Sociedade Civil tem apresentado baixíssima frequência, ou seja, se auto excluindo regimentalmente, fato que corrobora com a pretensa redução das Câmaras. Ricardo Messias sugere que a SAMA na condição de presença gestora em todas as Câmaras poderia efetuar uma avaliação sobre um marco temporal para a redução, levando em consideração o número de processos e membros existentes em uma data previamente definida e a partir deste ponto propor a redução comentada. Magda sugere que este tema seja apresentado em pauta para análise e votação da Plenária. Sem mais manifestações, o Vice Presidente do Comdema agradece a presença de todos declarando encerrada a reunião ordinária às 12h00, sendo extraída a presente Ata, a qual foi lavrada pela Secretaria do Conselho e assinada pelo Vice Presidente do Comdema, Márcio Luís da Silva Júnior, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente do COMDEMA

Márcio Luís Nunes da Silva Júnior
Vice-Presidente do COMDEMA

José Augusto de Souza Neto
Luiz Carlos da Silva Seixas
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 06/08/2025, às 15:52, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25418304** e o código CRC **AF5B023B**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.001284-5

25418304v60